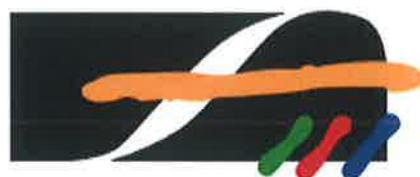


RELATÓRIO E CONTAS



FUNDAÇÃO
PORTUGAL
ÁFRICA

2024

Alu
Handwritten signature and initials in blue ink, including a large stylized 'S' and a star-like symbol.

FUNDAÇÃO PORTUGAL-ÁFRICA

Relatório Anual

Em 31 de Dezembro de 2024

1. Actividade

1.1. O ano de 2024 da Fundação Portugal-África continuou a ser marcado, essencialmente, pela manutenção do diálogo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) com respeito ao desenvolvimento do projecto de parceria com este Ministério tendo em vista a criação de um programa de formação pós-graduada para nacionais de países Africanos de língua Portuguesa. Com o desenvolvimento desse diálogo, a Fundação continuou a dar execução à orientação que foi definida aquando da aprovação da iniciativa acima descrita, e que se traduziu na decisão de centrar as atividades da Fundação, ao longo dos próximos anos, no desenvolvimento da supra referida parceria com o MNE.

Recorda-se aqui que, tal como indicado no Relatório respeitante ao exercício de 2023:

- a) a proposta de criação deste programa foi plasmada no documento intitulado “Projecto de Criação de um Programa de Formação Pós-Graduada para Nacionais de Países Africanos de Língua Portuguesa”, datado de 26 de Agosto de 2019 (adiante Documento de 2019), remetido à Fundação pelo MNE em 11 de Setembro de 2019, e que mereceu, nas suas linhas gerais, o acordo da Fundação em Outubro desse mesmo ano de 2019;
- b) A pandemia COVID 19, que se iniciou no primeiro trimestre de 2020, com a imposição de sucessivos estados de emergência e de situações de confinamento, veio a provocar um deslizamento do início dos trabalhos de concretização do referido programa;
- c) Em resultado do referido na alínea anterior, o início dos trabalhos só veio a ter lugar em Setembro de 2021, com a realização de uma reunião entre o Senhor





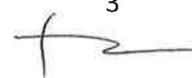
Ministro dos Negócios Estrangeiros e representantes da Fundação e uma troca de cartas entre o MNE e a Fundação, através das quais se reafirmou o propósito de avançar com a concretização do programa, se reconfirmaram, com a actualização necessária em função do tempo entretanto decorrido, as bases constantes do Documento de 2019 e foram designados os representantes de ambas as partes no Grupo de Trabalho encarregue de preparar uma proposta de estruturação do programa (dois representantes da Fundação, representantes do MNE e um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior);

- d) Na sequência dos desenvolvimentos acima referidos, o Grupo de Trabalho realizou várias reuniões entre Novembro de 2021 e Março de 2022, tendo no fim desse mês de Março concluído um documento contendo as propostas de concretização do projecto em apreço.
- e) As linhas gerais do documento acima referido foram apresentadas à Assembleia de Fundadores realizada em 19 de Julho de 2022, tendo o documento acima referido sido também submetido pelos representantes do MNE e do MCTES à aprovação das respectivas hierarquias.

O projecto e o documento acima mencionados continuaram, ao longo do ano de 2024, em apreciação no MNE, tendo a Fundação estabelecido, a esse propósito, vários contactos com este último, mas não tendo, ainda, sido possível, até ao fim do ano em causa, obter uma posição final sobre o assunto.

- 1.2. No quadro referido no ponto anterior, e para além do que aí se descreve, as demais atividades desenvolvidas pela Fundação limitaram-se, em 2024 à sua gestão corrente, sem financiamento de iniciativas próprias ou de terceiros. Destacam-se, apenas:

- a) A sequência que foi dada à iniciativa de apoiar, no quadro de um protocolo a estabelecer com o Ministério da Defesa e o Colégio Militar, o curso de





estudantes dos PALOPs nesse colégio. No desenvolvimento desta iniciativa, foram desenvolvidas reuniões e diversos contactos entre os vários interlocutores com vista a definir as condições desse apoio, tendo a Fundação, em decorrência dos mesmos, apresentado ao Ministério da Defesa e ao Colégio Militar, em Novembro de 2024, o projecto de protocolo a celebrar, cuja assinatura se espera poder ter lugar ao longo do ano de 2025;

- b) O estabelecimento de contactos com a UCCLA, entidade que dispõe de um histórico significativo de participação e desenvolvimentos de projectos em países africanos de língua portuguesa, com vista à aquisição pela Fundação da qualidade de membro dessa associação e a eventual participação em iniciativas conjuntas. ,

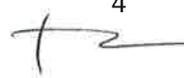
2. Evolução Económica Financeira

No exercício de 2024, a Fundação obteve um resultado líquido positivo de 313.367 euros, que se traduz numa variação positiva de 34.121 euros face ao resultado do ano de 2023, em que se registou um resultado líquido positivo de 279.246 euros, representando o resultado mais elevado dos últimos 10 anos.

Para esta variação contribuiu, sobretudo, a evolução dos resultados apurados na gestão (a cargo da BPI Gestão de Ativos) da carteira de investimentos financeiros da Fundação, já que esses resultados foram positivos no montante de 443.213 euros, que compara com um resultado positivo de 416.716 euros registado em 2023, ou seja, uma variação positiva de 26.497 euros.

É de sublinhar que este resultado positivo da carteira de investimentos financeiros da Fundação decorre, essencialmente, da variação positiva do justo valor dos instrumentos financeiros que compõem essa carteira, não se traduzindo em ganhos efetivos.

O resultado positivo alcançado na gestão da carteira de investimentos financeiros da Fundação explica-se, essencialmente, pelo comportamento positivo dos mercados ao





longo de 2024, comportamento positivo esse que se verificou na generalidade das classes de ativos. Assim, por exemplo:

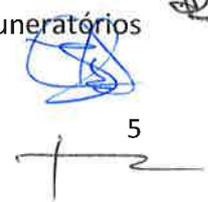
- o mercado de obrigações soberanas da Zona Euro (instrumentos que representam uma componente relevante da carteira da Fundação) subiu 2.0% face a 2023;
- o mercado de obrigações corporate europeu subiu 4.7% face a 2023;
- o mercado de acções europeias subiu 9.3% face a 2023 e o mercado de acções globais subiu 26.6%.

Ao longo de 2024, a carteira de investimentos financeiros da Fundação manteve um perfil de risco muito conservador, ainda que tendo sido realizados pequenos ajustamentos a esse perfil de risco, designadamente por forma a permitir alguma, ainda que reduzida, exposição a acções.

A 31 de Dezembro de 2024, a carteira de investimentos financeiros da Fundação no valor de 9.838.648 euros tinha, diretamente ou através de fundos de investimento, a seguinte repartição:

- a) Liquidez: 2.11%
- b) Dívida Pública: 8.66%
- c) Obrigações: 23.26%
- d) Fundos de Investimento: 65.97%, repartidos da seguinte forma:
 - a. Fundos de Tesouraria 12.19%
 - b. Fundos de Obrigações: 37.75%
 - c. Fundos de Acções: 24.24%
 - d. Fundos Flexíveis: 7.96%
 - e. Fundos Fechados: 17.85%

Os gastos de funcionamento da Fundação, correspondentes a custos operacionais com fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal, mantiveram-se controlados, tendo observado uma variação em linha com os exercício anteriores. Verificou-se um aumento dos mesmos face a 2023, de 98.587 euros para 102.284, (ou seja, um aumento de 3.697 euros), essencialmente em resultado de ajustamentos remuneratórios





realizados, mas também da necessidade de realização de algumas despesas de conservação e reparação nas instalações da Fundação (v.g. pintura interior das instalações, revisão dos estores e das das caixilharias de alumínio, entre outras).

Conforme estava previsto, o valor das amortizações reduziu-se de 38.883 euros para 27.234 euros, em reflexo do facto de ter terminado no exercício de 2023 o período de amortização para uma parte significativa do imobilizado da Fundação sujeito a depreciação.

O ativo total líquido da Fundação, no final de 2024, é de 9.980.330, tendo aumentado 314.748 euros, face ao seu valor no final de 2023 (que, recorde-se, era de 9.665.582 euros). Esta variação é explicada pelo aumento do valor do saldo dos ativos financeiros, obrigações, fundos de investimento e depósitos à ordem, no montante de 341.982 euros, decorrente da evolução do valor da carteira de instrumentos financeiros da Fundação (correspondente a ativos detidos para negociação, caixa e depósitos bancários), que mais que compensou redução do valor líquido do imobilizado, fruto das amortizações do exercício, no montante de 27.234 euros.

Os fundos patrimoniais da Fundação no final de 2024 atingiram o valor de 9.953.198 euros, evidenciando um aumento, neste caso de 313.367 euros, face ao exercício anterior (cuja valor se cifrou em 9.639.830 euros) correspondente ao resultado líquido do exercício de 2024.

3. Aplicação do Resultado do Exercício

De acordo com os Estatutos da Fundação, propõe-se que o resultado líquido da Fundação apurado no exercício de 2024, no montante de 313.367 euros, seja integralmente aplicado em Resultados Transitados.

4. Atividade Futura

O mandato dos actuais membros dos órgãos da Fundação terminou em 31/12/2024, devendo ter lugar, em 2025, a eleição dos membros desses órgãos para um novo



mandato. Nesse quadro, não pode o actual Conselho de Administração definir a actividade a realizar pela Fundação no ano de 2025, sendo, porém, sua expectativa que ao longo desse ano: (i) se obtenha uma posição final do Governo, concretamente do MNE, acerca do programa de formação pós-graduada para nacionais de países Africanos de língua Portuguesa e, no caso de não se confirmar a intenção de participar no mesmo, seja definido pela Fundação uma nova ou novas prioridades para o seu futuro; (ii) seja concretizado o projecto de parceria relativo à formação no Colégio Militar referido no ponto 1.2 deste Relatório e (iii) seja explorada a eventual participação em projectos conjuntos com a UCCLA.

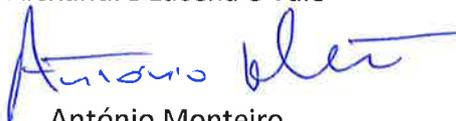
5. Agradecimentos

O Conselho de Administração manifesta o seu apreço e agradecimento pelo trabalho desenvolvido durante o exercício de 2024 pelos membros dos demais órgãos estatutários da Fundação. De igual modo, o Conselho de Administração manifesta ainda o seu agradecimento aos colaboradores da Fundação e aos Fundadores.

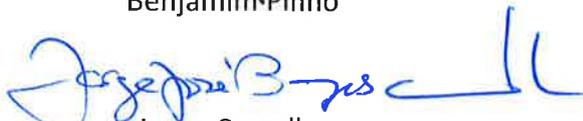
Porto, 24 de Março de 2025

O Conselho de Administração,


Alexandre Lucena e Vale


António Monteiro


Benjamim Pinho


Jorge Carvalho


Rodolfo Lavrador



FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Balanços em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	Dezembro 2024	Dezembro 2023
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	0	3.610
Bens do património histórico e cultural		8.285	8.285
Activos intangíveis	6	250.363	273.987
Total do activo não corrente		258.648	285.882
ACTIVO CORRENTE:			
Activos financeiros detidos para negociação	7	9.631.533	9.224.367
Diferimentos		1.983	-
Caixa e depósitos bancários	4	88.167	155.334
Total do activo corrente		9.721.682	9.379.700
Total do activo		9.980.330	9.665.582
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos	8	11.375.093	11.375.093
Reservas	8	1.123.306	1.123.306
Resultados transitados	8	(2.858.569)	(3.137.814)
Resultado líquido do período		9.639.830	9.360.585
Total dos fundos patrimoniais		313.367	279.246
		9.953.198	9.639.830
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		5.477	4.434
Estado e outros entes públicos	9	10	496
Outros passivos correntes	10	21.645	20.822
Total do passivo corrente		27.133	25.752
Total do passivo		27.133	25.752
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		9.980.330	9.665.582

O Contabilista Certificado

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Alexandre Lucena e Vale

António Vitor Martins Monteiro

Jorge Carvalho

Rodolfo Lavrador

Benjamim Pinho



FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Fornecimentos e serviços externos	11	(126.204)	(121.581)
Gastos com o pessoal		(14.364)	(13.530)
Aumentos / reduções de justo valor	7	491.640	471.413
Outros rendimentos	12	28.023	73.323
Outros gastos	13	(38.494)	(91.496)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		340.601	318.129
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5, 6	(27.234)	(38.883)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		313.367	279.246
Resultado antes de impostos		313.367	279.246
Resultado líquido do período		313.367	279.246

O Contabilista Certificado

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Alexandre Lucena e Vale

António Vitor Martins Monteiro

Jorge Carvalho

Rodolfo Lavrador

Benjamim Pinho



FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício 2024		11.375.093	1.123.306	(3.137.814)	279.246	9.639.830
Resultado integral do exercício	8	-	-	-	313.367	313.367
Realização de fundos	8	-	-	-	-	-
Aplicação de resultados	8	-	-	279.246	(279.246)	-
Posição no fim do exercício 2024		<u>11.375.093</u>	<u>1.123.306</u>	<u>(2.858.569)</u>	<u>313.367</u>	<u>9.953.198</u>

	Notas	Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício 2023		11.375.093	1.123.306	(2.561.768)	(576.047)	9.360.585
Resultado integral do exercício	8	-	-	-	279.246	279.246
Realização de fundos	8	-	-	-	-	-
Aplicação de resultados	8	-	-	(576.047)	576.047	-
Posição no fim do exercício 2023		<u>11.375.093</u>	<u>1.123.306</u>	<u>(3.137.814)</u>	<u>279.246</u>	<u>9.639.830</u>

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais.

O Contabilista Certificado

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Alexandre Lucena e Vale António Vitor Martins Monteiro

Jorge Carvalho Rodolfo Lavrador

Benjamim Pinho

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Montantes expressos em euros)

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Pagamentos a fornecedores	(63.777)	(47.278)
Pagamentos ao pessoal	(9.901)	(9.368)
	(73.678)	(56.646)
Outros recebimentos / pagamentos	(49.252)	(42.024)
	(122.930)	(98.670)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(7.565.406)	(6.358.634)
	(7.565.406)	(6.358.634)
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	7.621.169	6.087.052
Juros e rendimentos similares		
Dividendos	7.621.169	6.087.052
	55.763	(271.582)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Realização de fundos		
Outras operações de financiamento		
	(67.167)	(370.252)
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		
Caixa e seus equivalentes no início do período	155.334	525.586
Caixa e seus equivalentes no fim do período	88.167	155.334
	(67.167)	(370.252)

O Contabilista Certificado

Antonio Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Alexandre Lucena e Vale

Alexandre Lucena e Vale

Jorge Carvalho

Jorge Carvalho

Benjamim Pinho

Benjamim Pinho

António Vitor Martins Monteiro

António Vitor Martins Monteiro

Rodolfo Lavrador

Rodolfo Lavrador

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Anexo às demonstrações financeiras em 31-12-2024

(Montantes expressos em euros)



1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação Portugal - África ("Fundação") é uma pessoa coletiva de direito privado e fins de utilidade pública, regendo-se pelos seus estatutos e, em tudo o que neles é omissos, pela legislação Portuguesa aplicável.

A Fundação foi constituída em 9 de janeiro de 1995 e tem como finalidade contribuir para a realização e incremento de ações de carácter cultural, científico e educacional a desenvolver em Portugal e em África, designadamente junto dos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre Portugal e os países africanos, numa perspetiva de progresso e de projeção para o futuro. No âmbito de intervenção da Fundação incluem-se a concessão de subsídios e apoios a projetos relacionados com o fim da Fundação.

Em 22 de setembro de 1995, a Fundação obteve do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o estatuto de ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, nos termos do disposto na Lei 19/94 de 24 de maio. Entretanto, face ao disposto na Lei nº 66/98 de 14 de outubro, foi feito pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (antigo IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), o registo da Fundação Portugal África junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, reconhecendo o seu estatuto de ONGD.

A 2 de novembro de 2007, a Fundação foi nomeada como observador consultivo da C.P.L.P. – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e em julho de 2009 foi admitida como membro do Centro Português de Fundações.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Fundação opera.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições do Sistema de Normalização Contabilística em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de julho e republicado pelo decreto-lei nº 98/2015 de 2 de junho, de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Em 2012, passaram a ser igualmente aplicáveis as disposições legais previstas no Decreto-Lei nº 36-A/2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 10 de julho acima referido, o qual inclui a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e de normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos anexos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de agosto de 2009.

Dado que este novo regime face ao normativo até aí aplicado pela Fundação, não gera qualquer impacto contabilístico, patrimonial ou ao nível das divulgações realizadas por parte da Fundação, esta optou por manter a forma de apresentação das suas demonstrações financeiras como até aí, dado que considera que esta é mais completa e útil para o utente das suas Demonstrações Financeiras.

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Fundação operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Nesta análise a Fundação teve em consideração os planos da Assembleia Geral de Fundadores relativamente ao futuro da mesma, sendo que no final de 2019 o Ministério dos Negócios Estrangeiros propôs a criação conjunta de um projeto de pós-graduações e doutoramentos a realizar em Portugal destinado a estudantes dos PALOP, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da Fundação, sendo que a prossecução das medidas a desenvolver pela Fundação, como a preparação de um novo projeto de Estatutos e diálogo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros têm sido a primordial missão daquele órgão. A Fundação tem mantido desde 2019 uma atividade limitada aos compromissos assumidos e em curso, reduzindo ao mínimo a sua intervenção em projetos promovidos por entidades terceiras. A 8 de setembro de 2021 foi realizada uma reunião com o Ministro dos Negócios Estrangeiros na qual ficou decidido retomar o programa de formação pós-graduada para nacionais de PALOP interrompido em 2019. Na sequência dessa retoma dos trabalhos, ao longo do primeiro trimestre de 2022, o Grupo de Trabalho composto por elementos da Fundação e do Estado (Ministério dos Negócios Estrangeiros e Min. Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) desenvolveu os seus trabalhos que se concluíram com a aprovação de um documento contendo o programa de concretização e implementação do programa acima referido. Este documento foi depois formalmente entregue ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e ao Conselho de Administração da Fundação, tendo em vista a sua aprovação formal. Desde então, a Fundação tem vindo a aguardar uma indicação do lado do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre os termos em como entenderá dar continuidade e execução ao documento acima referido, tendo sido mantidos, ao longo do ano de 2024, vários contactos com esse fim.

A análise acima mencionada teve também em conta a iniciativa da Fundação de procurar apoiar, no quadro de um protocolo a estabelecer com o Ministério da Defesa e o Colégio Militar, o curso de estudantes dos PALOPs nesse colégio. No desenvolvimento desta iniciativa, foram, ao longo de 2024, realizadas reuniões e estabelecidos diversos contactos entre os vários interlocutores com vista a definir as condições desse apoio, tendo a Fundação, em decorrência dos mesmos, apresentado ao Ministério da Defesa e ao Colégio Militar, em Novembro de 2024, o projeto de protocolo a celebrar, cuja assinatura se espera poder ter lugar ao longo do ano de 2025.

Tendo em consideração o exposto, em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Fundação dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as suas atividades no curto prazo, antes pelo contrário, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das presentes demonstrações financeiras.

3.2 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	20
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 8

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.3 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis incluem essencialmente direitos de superfície amortizados pelo período estabelecido no contrato, bem como as despesas de desenvolvimento incorridas no âmbito dos projetos “Memória de África” e “Memória de África e do Oriente” e são amortizados por um período de 10 anos.

3.4 – Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

3.5 – Imposto sobre o rendimento

Por despacho conjunto A – 192/96 – XIII do Ministério dos Negócios estrangeiro e das Finanças datado de 31 de Outubro de 1996, foi reconhecida à Fundação a isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas relativamente às categorias C, E, F e G.

3.6 – Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and a circular stamp or signature below it.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.7 – Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Ao custo ou custo amortizado; e
- (ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado; e
- Não sejam objeto de negociação e façam parte da carteira da Fundação.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

Outros créditos a receber

Os saldos de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de seis meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

See also
A
Ouy


Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados na rubrica “Aumento / redução de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os ativos e passivos financeiros detidos para negociação.

São considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação.

Os valores identificados no Balanço na rubrica de “Ativos financeiros detidos para negociação”, fazem parte de uma carteira, gerida pelo Banco Português de Investimentos (Banco BPI), que tem como objetivo a captação de lucros reais, que a Fundação posteriormente irá aplicar na sua atividade de promoção e valorização dos laços históricos e de civilização entre Portugal e os países africanos, designadamente através da concessão de subsídios.

A Fundação procede à remensuração a justo valor, a cada trimestre, de todos os seus ativos e passivos financeiros a Justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

(i) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 – Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. A Fundação procede à sua remensuração a justo valor a cada trimestre, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a star symbol and the name 'Quy'.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica "Ativos financeiros detidos para negociação – Derivados". Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica "Passivos financeiros detidos para negociação – Derivados".

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação no prazo de 12 meses.

Os Instrumentos derivados contratados pela Fundação fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto com o objetivo de gerar lucros reais para a Fundação.

3.9 – Subsídios / donativos recebidos de terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios recebidos de terceiros, nomeadamente por participação em despesas de projetos, apenas são reconhecidos quando existe uma certeza de que a Fundação cumpriu com as condições de atribuição dos mesmos e de que na prática tem vindo a corresponder ao momento em que são recebidos.

Os subsídios recebidos no âmbito de apoios ao investimento associados, nomeadamente, à aquisição de ativos não correntes, são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.10 – Subsídios e apoios atribuídos a terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios atribuídos a terceiros, para atividades que se enquadram no fim da Fundação, são registados como gastos na demonstração dos resultados, na rubrica de "Subsídios concedidos" no exercício em que os mesmos são pagos, dado que é entendimento do Conselho de Administração que o momento do pagamento não difere do momento em que o gasto efetivamente é incorrido.

3.11 – Rédito

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido, na Demonstração dos resultados em Resultados Financeiros, quando se encontra estabelecido o direito da Fundação a receber o correspondente montante.

3.12 – Especialização de exercícios

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.13 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name "A. Oney" and a circular stamp.

conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- (i) Vidas úteis e análises de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- (ii) Justo valor dos ativos e passivos financeiros detidos para negociação.

3.14 – Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“*non adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 detalha-se conforme se segue:

	31-12-2024	31-12-2023
Numerario	60	33
Depositos bancários	88.107	155.301
Depósitos à ordem	88.167	155.334

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de Depósitos à Ordem era constituída por três contas bancárias, sendo uma destas contas em moeda estrangeira (USD).

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

A rubrica apresenta saldo nulo a 31.12.2024, sendo que a variação da mesma está associada a gastos de depreciação.

Seu A-phi
Caro
[Signature]

2024

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fijos tangíveis	Total
Ativos						
Saldo inicial	-	1.509.866	346	18.175	84.112	1.612.499
Reclassificação	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	1.509.866	346	18.175	84.112	1.612.499
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	1.506.644	346	18.175	83.723	1.608.888
Amortizações do exercício	-	3.221	-	-	389	3.611
Saldo final	-	1.509.865	346	18.175	84.112	1.612.499
Ativos líquidos	-	-	-	-	-	-

2023

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fijos tangíveis	Total
Ativos						
Saldo inicial	-	1.509.866	346	18.175	84.112	1.612.499
Reclassificação	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	1.509.866	346	18.175	84.112	1.612.499
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	1.499.464	346	18.175	83.724	1.601.709
Amortizações do exercício	-	7.180	-	-	-	7.180
Alienações	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	1.506.644	346	18.175	83.724	1.608.889
Ativos líquidos	-	3.222	-	-	388	3.610

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2024

	Projetos de desenvolvimento	Programas computador	Propriedade industrial	Direito de superfície	Total
Ativos					
Saldo inicial	1.360.590	4.797	811	294.291	1.660.489
Saldo final	1.360.590	4.797	811	294.291	1.660.489
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	1.317.420	4.797	811	63.474	1.386.502
Amortizações do exercício	20.740	-	-	2.884	23.624
Saldo final	1.338.160	4.797	811	66.358	1.410.126
Ativos líquidos	22.430	-	-	227.933	250.363

2023

	Projetos de desenvolvimento	Programas computador	Propriedade industrial	Direito de superfície	Total
Ativos					
Saldo inicial	1.360.590	4.797	811	294.291	1.660.489
Saldo final	1.360.590	4.797	811	294.291	1.660.489
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	1.288.600	4.797	811	60.590	1.354.798
Amortizações do exercício	28.819	-	-	2.884	31.703
Saldo final	1.317.420	4.797	811	63.474	1.386.502
Ativos líquidos	43.170	-	-	230.817	273.987

Seleção A Que

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os valores mais significativos em ativos intangíveis referem-se a:

1. O direito de superfície, atribuído em 1998 pela Câmara Municipal do Porto à Fundação, por um prazo de 70 anos prorrogável por um período de 35 anos, sobre o terreno no qual está instalada a sede da Fundação e que não pode ser utilizado para outro fim;
2. Ao Projeto “Memória de África e do Oriente”, classificado como “Projetos de desenvolvimento”, que se encontra a ser amortizado em 10 anos. Durante os anos de 2024 e 2023 não ocorreram novos investimentos neste projeto. O projeto consistiu na ampliação e desenvolvimento de bases de dados disponíveis “On-line”, com um vasto conjunto de informação sobre vários Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e na recolha de registos bibliográficos sobre a presença de Portugal na Índia, nomeadamente em Goa.
Esta base de dados foi desenvolvida pelo CEsa – Centro de Estudos sobre África e pela Universidade de Aveiro, mediante aprovação anual pelo Conselho de Administração da Fundação das despesas estimadas com o projeto apresentadas pelo CEsa.

7 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os ativos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são detalhados conforme se segue:

	Valor carteira 2024	Valor carteira 2023
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		
Obrigações cotadas	3.140.754	5.242.796
	<u>3.140.754</u>	<u>5.242.796</u>
Outros instrumentos financeiros		
Fundos de Investimento	6.490.779	3.978.946
Derivados	-	2.624
	<u>6.490.779</u>	<u>3.981.570</u>
Total de activos financeiros detidos para negociação	9.631.533	9.224.367

Os ativos e passivos financeiros acima referidos encontram-se registados a justo valor através de resultados, sendo os impactos da sua atualização registados, numa base trimestral, na rubrica da Demonstração dos resultados “Aumentos / (reduções) de Justo valor”.

Durante o exercício de 2020 o Conselho de Administração da Fundação decidiu deixar de ter aplicações em ações, para reduzir a exposição à flutuação de valor das mesmas, e privilegiar o investimento em obrigações e fundos de investimento. Na reunião do Conselho de administração de 20 de janeiro de 2022 foi decidido: (i) introduzir a possibilidade de ter exposição a ações ou fundos de ações até 10%; (ii) introduzir a possibilidade de exposição a carteiras de retorno absoluto (até 15%);

A 31 de dezembro de 2024 e 2023 a carteira da Fundação apresentava a seguinte composição:

See Mr

Qu
A
T S
[Signature]

Descrições cotadas	31.12.2024				31.12.2023			
	Montante Nominal	Última Cotação	Ta de cupão Bruta	Valor no dia	Montante Nominal	Última Cotação	Ta de cupão Bruta	Valor no dia
EDP FINANCE BV-1.05%-02-02-2024					200.000	97,55%	1,05%	201.289
PEN FINANCE BV-2.5%-02-02-2025	200.000	99,88%	2,50%	204.175	200.000	96,85%	2,50%	201.793
PEN FINANCE BV-1.75%-10-01-2028	200.000	96,40%	1,75%	196.120	200.000	98,47%	1,75%	192.790
PEN FINANCE BV-1.5%-27-02-2032	100.000	100,25%	1,50%	101.190				
EDP FINANCE BV-2%-22-04-2025	200.000	99,88%	2,00%	202.131	200.000	96,26%	2,00%	198.997
OT-2.075%-15-10-2025					202.000	99,89%	2,00%	204.707
OT-4.125%-11-04-2027	84.432	104,26%	4,12%	88.258	84.432	104,56%	4,12%	88.469
OT-0.7%-10-10-2027	227.814	96,19%	0,70%	219.177	227.514	98,02%	0,70%	216.175
OT-2.075%-21-07-2028	199.954	100,99%	2,08%	204.092	199.954	99,84%	2,08%	205.524
CITY-4.LULHO-2025	225.000	91,05%	4,53%	230.832	225.000	92,04%	4,53%	233.634
BUNDE DE U-1.5%-24					82.384	98,90%	1,50%	81.277
BUNDE SRE-0%-31					116.386	98,58%	0,00%	115.916
BUNDE SRE PU-0%-30					214.438	92,65%	0,00%	199.501
BUNDE SRE PU-0%-30					327.117	93,77%	0,00%	291.592
E.ON S-0.875%-29	94.000	99,95%	0,88%	94.767	94.000	94,38%	0,88%	92.379
E.ON BK-2.25%-30	79.000	99,00%	2,25%	79.623	79.000	94,62%	2,25%	73.592
EUROPE-0%-25					78.000	92,11%	0,00%	74.534
EUROPEA-0%-26					78.000	91,07%	0,00%	74.137
EUROPEAN-0%-29	104.000	99,98%	0,00%	103.030	85.000	92,18%	0,00%	74.530
EUROPEAN U-0%-30					65.000	78,90%	0,00%	55.195
GSK COM-1.25%-26					100.000	91,92%	1,25%	98.001
INTERC-1.625%-24					100.000	96,49%	1,62%	98.624
KBC GROUP-TM-25	100.000	94,05%	1,50%	100.710	100.000	94,08%	1,50%	99.329
PIYAHAI-2.075%-25	100.000	99,98%	2,08%	100.826	100.000	96,74%	2,08%	99.799
TELENO-2.825%-24					100.000	97,95%	2,82%	99.113
UNILEV-0.75%-26	100.000	97,95%	0,75%	99.679	100.000	92,16%	0,75%	96.119
US TRE-1.625%-31					526.300	81,44%	1,12%	400.378
VOLVO-2.125%-24					100.000	97,98%	2,12%	98.420
EDPSA TM-23-04-2080	200.000	100,01%	5,94%	216.268	200.000	107,57%	5,94%	216.117
FRENCH DISC T-6M CZ-12-06-2024					10.978	98,40%	0,00%	10.803
EUROPEAN UNION-0%-04-04-2031					29.014	92,90%	0,00%	24.081
EUROPEAN UNION-0%-02-06-2030	75.000	92,35%	0,00%	69.261	29.807	93,53%	0,00%	28.063
EUROPEAN UNION-0%-22-04-2031					29.267	92,59%	0,00%	24.164
EUR-STABILITY-0.6%-12-10-2031								
EUROPEAN UNION 1.25% 04-02-2043	202.549	72,88%	1,25%	149.500				
US TREASURY NB-1.75%-15-08-2041	231.000	94,67%	1,75%	195.333				
EUROPEAN UNION-2.625%-04-02-2048	126.447	89,41%	2,625%	116.062				
FRENCH DISCOUNT BILL CZ-12-4-24					279.973	98,91%	1,00%	276.916
EUROPEAN INVEST BANK-1.5%-15-06-32					25.000	92,93%	0,00%	23.231
EUROPEAN INVEST BANK-3.75%-02-30	87.000	94,11%	3,75%	98.280				
GERMAN TREASURY 6M CZ-19-06-2024					73.282	98,32%	0,00%	72.064
SPAIN LETRAS D. TESORO CZ-07-03-25	31.000	99,99%	0,00%	30.980				
BUNDESCHATZANWEIS-2.5%-15-03-2025					105.000	98,16%	0,00%	100.060
EUROPEAN UNION-2.75%-04-02-2033	196.649	100,02%	2,75%	197.570	84.667	101,80%	2,90%	86.202
US TREASURY NB-AL-0.125%-05-30					182.201	104,32%	2,75%	190.088
US TREASURY NB-AL-0.125%-05-30					123.900	74,66%	0,12%	91.757
US TREASURY NB 3.75%-15-05-2033					53.600	97,40%	3,38%	46.847
				3.180.524				3.242.726

Handwritten notes and signatures in blue ink at the top right of the page.

Fundos de Investimento	31.12.2024			31.12.2023		
	Unidades de participação	Última cotação conhecida	Valor no dia	Unidades de participação	Última cotação conhecida	Valor no dia
Obrigações						
BPI- Obrigações Mundiais	-	-	-	24.104	5,37	129.368
M&B SHORT MAT-BON-Z	4.695	32,36	146.094	-	-	-
ROBECCO AM EURO IH	691	143,17	98.962	-	-	-
SCHRODDE IEC-B-I2	7.482	26,62	199.132	-	-	-
AXA WF EURO CREDIT-X	920	106,87	98.370	-	-	-
UBAM GLB HY SOLUTION	252	188,06	49.881	-	-	-
PICTET USD GOV BONDS	413	671,69	267.004	-	-	-
AMUNDI FUNDS US BOND I	282	1.041,23	282.750	-	-	-
JPM EUR GOV BOND I AC	813	119,39	96.286	-	-	-
JPM US AGG BOUND I EUR	2.081	92,43	182.347	-	-	-
FRANKLIM EUR SHORT DURATION EB	4.607	10,54	48.553	-	-	-
BLURBAY Q EUR ACC	420	116,54	48.962	-	-	-
PIMCO EURO BOND I EU	2.047	23,92	48.962	-	-	-
SCHRODDE ISF EURO HIGH	268	186,55	50.001	-	-	-
MUZNICH S D H	408	119,70	48.886	-	-	-
SKY HGF-US-SHO-A	384	127,47	48.900	-	-	-
BNY MELLORUS MUNICIPAL ACC	36.780	1,18	41.910	-	-	-
DEUTSCHE FLOATING IC	5.331	91,29	486.621	4.109	87,25	358.500
IETF ISHARES E.CORP BOND 15YR-UK	1.345	146,39	196.955	773	138,02	106.719
Ações						
LUNYNA MARSHAL WACE-T	1.008	190,12	191.565	1.008	179,85	181.212
BPIGIF ALTERNATIVE	-	-	-	39.194	13,85	542.917
LUMYNA-MV TOPS UCITS F	1.090	195,96	213.617	1.090	188,90	205.924
BLACKR-GL-FDS WLD. HEALTH-SC	411	75,11	29.748	411	73,72	27.461
ELEVA UCITS FD-EUROPEAN SEL.FD	16	2.228,38	35.899	16	1.980,40	32.055
BPI OPPORTUNIT.CL-I	-	-	-	4.636	15,89	72.722
BPI IBERIA CL I	4.363	10,39	45.341	4.932	8,12	40.035
FFIDELITY EUROPEAN DYNAMIC GROWTH ACC	-	-	-	561	20,28	11.371
PICTET ROBOTICS I USD AC	48	408,25	18.969	60	354,63	19.123
BROWNADUSEEQ.B.USD - 1431040 D	-	-	-	101	35,20	3.207
NORDEA I GL CLIMATE & ENV-BL	374	39,92	14.371	374	37,57	12.714
YELINGTON GLOBAL QUALITY GROWTH	-	-	-	89	42,13	3.280
CANDRIAM SRI EQUITY EMERGING MARKETS	9	1.213,42	10.353	9	1.082,95	8.984
BPIGIF TECHNOLOGY REVOLUTION CLASS.M	4.900	11,46	56.173	5.522	9,03	49.849
FRANKLIM TECHNOLOGY IL	347	75,76	25.329	396	69,44	21.308
GUINNESS SUSTAINABLE ENERGY	1.491	17,47	25.061	1.491	19,94	26.902
ROBECCO BP GLOB PREMIUM EQUITTTIES	166	212,83	33.922	88	198,33	15.842
HARRIS ASSOCIATES GLOBAL EQ. ACC	-	-	-	62	271,57	15.142
DPAM B EQUITIES EUROPE SUSTAINABLE ACC	14	489,54	6.854	14	452,40	6.334
BPI IMPACTO CLIMA AÇÕES CLASS E M	1.892	6,91	13.070	1.892	5,89	11.143
BPI GLOBAL INV FD BPI OPP CL	7.771	10,93	84.997	-	-	-
BPIGLIFDAL.T.CL.M	94.773	10,21	959.454	-	-	-
T ROWE QI EUR ACC	3.689	23,71	87.476	-	-	-
AMUNDI FFUNDS EUR-J2	17	1.375,95	23.558	-	-	-
AB EMERGING MARKETS SIEUR ACC	493	59,64	29.395	-	-	-
MANGLA JAPAN CORE-I	125	319,38	40.068	-	-	-
NOMURA JAPAN ESTRATEGIC	140	202,61	28.443	-	-	-
Fundos de Tesouraria						
BNP PARIBAS INSTICASH EL	5.378	147,08	791.071	2.857	141,67	382.301
AMUNDI F PIONEER-I	-	-	-	100	938,39	94.118
PICTET USD GOV BI	-	-	-	37	620,46	21.085
MUZNICH S D H	-	-	-	285	114,19	23.434
SKY HGF-US-SHO-A	-	-	-	96	121,76	11.738
Fundos Flexíveis						
JPM-EMERGING MARKETS-EQTY	7.028	10,74	75.508	7.028	10,33	72.586
ELAVA ABS RET I EUR R	628	157,08	98.346	628	144,93	90.738
PICTET TR MANDARIN-IJ-USD	-	-	-	35	107,18	9.873
PICTET TR MANDARIN-M	882	185	162.385	-	-	-
DNCA ALPHA BONDS F	888	128	111.588	-	-	-
PICTET TRI ATLAS - W7000 D	733	134,90	98.851	733	123,76	90.688
Fundos Fechados						
IETF-COWOR(XLON)	-	-	-	736	99,95	80.578
IETF-CSE(TFIAMS)	96	91,88	11.991	66	82,84	10.721
IETF-IS CORIAMS)	4.478	32,84	146.777	5.031	28,72	157.478
IETF-ISH J(XAMS)	1.183	57,30	63.384	2.090	46,07	96.286
IETF-S&P500(XSWX)	-	-	-	240	498,75	121.462
IETF-XTRAC(XETR)	406	125,04	50.766	269	178,40	42.583
PICTET GLOBAL E-IJUS	-	-	-	781	69,57	66.623
IETF-ISH DOW JONES GLOBAL SUST(XL)	62.122	5,20	322.786	74.452	4,98	370.883
IETE ISHARES CORE EUR CORP BOND UJ	-	-	-	18.985	5,08	94.228
PICTET EURSHORT-J	-	-	-	645	167,08	107.767
ETF LYXOR EUR GOV BOND(XPAR)	-	-	-	989	27,33	16.084
ETF-UBS IFL S&P 500 ESG(XETR)	989	38,83	21.089	999	28,11	18.988
ETF FYXOR NET ZERO 2050 S&P500 C.	-	-	-	1.343	4,92	5.979
IETF ISH MSCI EMU ESG ENHANC(XETR)	240	21,67	7.620	240	27,75	6.590
ETF LYXOR NET ZERO 2050 S&P500 FOOD	852	124,23	80.985	164	100,83	16.538
IETF-ISHARES MSCI AC FE JAP(XSWX)	-	-	-	1.973	7,89	15.483
IETF-ISH EUR CORP BOND ESG UJ-XE	2.049	5,22	14.858	2.849	5,01	14.267
IETF-ISH MSCI USD ESG ENHANC(XSWX)	-	-	-	1.977	8,72	18.980
IETF-ISH MSCI EMU ESG ENHANC(XETR)	914	7,88	7.076	914	6,88	6.384
IETF ISH MSCI WORLD ESG ENHA(XSWX)	2.194	9,25	19.539	2.194	7,89	15.648
IETF ISH MSCI WORLD ER HEDGED-AMS	1.788	92,98	163.881	178	76,94	13.878
ETF AMUNDI (XPAR)	2.226	49,41	109.980	-	-	-
IETF-DG(XMETR)	760	91,48	69.518	-	-	-
IETF-IS MSCI(XETR)	1.241	5,51	6.833	-	-	-
IETF SPDR S&P 500 UCIT E(TXTR)	3.294	14,82	48.142	-	-	-
ETF-AMUNDI INDE(XE AGG CORP XPAR)	284	62,42	14.688	284	50,30	14.284

6.490.778

3.978.946

See
A
Oxy
S

A decomposição da rubrica de “Aumentos / reduções de justo valor” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme se segue:

	2024	2023
Ganhos de justo valor em activos financeiros:		
Ações	-	-
Obrigações	118.660	298.496
Outros - UP's	372.980	305.896
Perdas de justo valor em activos financeiros:		
Ações	-	-
Obrigações	-	(59.279)
Outros - UP's	-	(73.700)
	491.640	471.413

8 CAPITAL PRÓPRIO

Fundo social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital Fundacional ascende a 11.375.093 Euros. Não há qualquer montante pendente de realizar em 2024 e 2023.

Composição do Fundo Social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Fundo Social era representado pelas dotações subscritas pelos seus fundadores conforme a seguir se indicam:

	31-12-2024	31/12/2023
Banco BPI, S.A.	5.426.922	5.426.922
Galp Energia, SGPS, S.A.	773.137	773.137
Millennium BCP, S.A.	748.197	748.197
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	498.798	498.798
CIMPOR-Cimentos de Portugal, S.A.	498.798	498.798
PHAROL, SGPS, S.A.	498.798	498.798
EDP-Electricidade de Portugal, S.A.	498.798	498.798
Câmara Municipal do Porto	299.279	299.279
Fundo EFTA-Desenv.Ind.de Portugal	274.339	274.339
Itausa Portugal, SGPS, S.A.	124.700	124.700
IAPMEI-Inst.Apoio PME e ao Invest	124.700	124.700
Tabaqueira, S.A.	99.760	99.760
HCB-Idroelectrica Cahora Bassa, S.A.	99.760	99.760
IPE-Inv.Particip.Empresariais, S.A.	74.820	74.820
Secretaria de Estado do Tesouro	49.880	49.880
Tertir, S.A.	49.880	49.880
PARTICIPA-Gest.Qualidade Emp.Cons	49.880	49.880
Textil Manuel Gonçalves, S.A.	24.940	24.940
Quintas & Quintas, S.A.	24.940	24.940
RAR-Soc. Controle Holding, S.A.	24.940	24.940
Fábrica Textil Riopel, S.A.	24.940	24.940
Asea Brown Boveri, S.A.	24.940	24.940
Soc.Port.Acumuladores Tudor, S.A.	24.940	24.940
IP Engenharia, S.A.	24.940	24.940
Somague, S.A.	24.940	24.940
Cabelte, S.A.	24.940	24.940
Alimentação Animal Nanta, S.A.	24.940	24.940
Solidal, S.A.	24.940	24.940
Associação Empresarial Portugal	12.470	12.470
IICT-Inst.Inv.Científica Tropical	9.976	9.976
OGMA-Ofic.Gerais Mat.Aeronaut.SA	9.976	9.976
Outros	877.885	877.885
	11.375.093	11.375.093

De acordo com os seus Estatutos, a Fundação poderá ser extinta em qualquer altura por deliberação do Conselho de Administração, tomada por maioria qualificada definida no artigo 17 dos seus Estatutos. Neste caso, o património existente reverterá integralmente a favor do Estado.

Resultados transitados

De acordo com os Estatutos da Fundação, as reservas geradas, resultados transitados e resultado líquido do exercício, não estão disponíveis para serem distribuídos. O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi aplicado integralmente em Resultados transitados.

Assembleia de Fundadores

A 3 de julho de 2024, realizou-se a Assembleia de Fundadores, tendo sido aprovado o Relatório e Contas referente ao exercício de 2023. Nesta assembleia foi feito um ponto de situação sobre o andamento do processo relativo à implementação do programa de formação pós-graduada em pareceria a estabelecer entre a fundação e o estado português nomeadamente no que respeita a objetivos, cursos a ministrar e estrutura de gestão do programa.

9 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de “Estado e outros entes públicos” refere-se a valores a pagar/receber associados a Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares e contribuições para a Segurança Social, relacionados com colaboradores da Fundação.

	2024	2023
Taxa Social única	(265)	252
IRS	275	244
	10	496

10 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica de “Outras dívidas a pagar” apresenta em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a seguinte composição:

O valor de “Outras contas a pagar” inclui, em 31 de dezembro de 2024, o montante de 19.578 Euros (18.679 Euros em 2023), correspondente ao último trimestre de 2024 da comissão de gestão da carteira, debitada pelo BPI.

	2024	2023
Remunerações a liquidar	2.067	1.942
Outras contas a pagar	19.578	18.879
	21.645	20.821

11 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é detalhada conforme se segue:

	2024	2023
Trabalhos especializados	31.865	29.548
Comissão de gestão da carteira	41.492	39.720
Deslocações e estadas	727	513
Conservação e reparação	10.763	12.730
Comunicação	3.228	3.033
Vigilância e Segurança	9.600	9.390
Honorários	22.200	20.974
Outros Fornecimentos e serviços externos	6.329	5.671
	126.204	121.581

A rubrica de "Trabalhos especializados" inclui, em 31 de dezembro de 2024 um montante de 12.251 Euros (12.251 Euros em 2023) relativos a serviços de manutenção e 8.000 Euros de honorários para auditoria (9.261 Euros em 2023).

A rubrica "Comissão de gestão da carteira" diz respeito, tal como anteriormente referido, ao montante debitado trimestralmente pelo Banco BPI pela gestão da carteira de ativos financeiros da Fundação.

12 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme se segue:

	2024	2023
Rendimentos e ganhos em ativos financeiros detidos para negociação		
Ações	357	-
Obrigações	5.022	17.334
Outros - UP's	15.917	553
Outros rendimentos e ganhos		
Valorização a Justo Valor de derivados	6.727	55.435
	28.023	73.323

Os valores correspondentes a rendimentos e ganhos em ativos financeiros detidos para negociação, referem-se às mais-valias obtidas no processo de alienação de ativos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os ativos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é atualizado a cada trimestre. Por isso, os rendimentos acima refletem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos ativos em causa à data da última atualização efetuada previamente à alienação.

13 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme se segue:

	2024	2023
Impostos	3.036	2.697
Gastos e perdas em ativos financeiros detidos para negociação		
Ações	-	56
Obrigações	14.488	5.229
Outros ativos financeiros - UP's	2.655	7.237
Valorização a Justo Valor de derivados	7.365	56.172
Diferenças de câmbio desfavoráveis	6.316	12.336
Outros gastos	4.634	7.769
	38.494	91.496

Os valores correspondentes a “Gastos e perdas em ativos financeiros detidos para negociação”, referem-se às menos-valias obtidas no processo de alienação de ativos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os ativos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é atualizado a cada trimestre. Deste modo, os referidos gastos refletem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos ativos em causa à data da sua última atualização efetuada previamente à alienação.

A rubrica de “Obrigações” e de “Outros ativos financeiros - UP's” em 2024 incorpora essencialmente menos-valias obtidas no processo de alienação de ativos financeiros da carteira da Fundação, no valor de 17.143 Euros (12.522 Euros em 31 de dezembro de 2023).

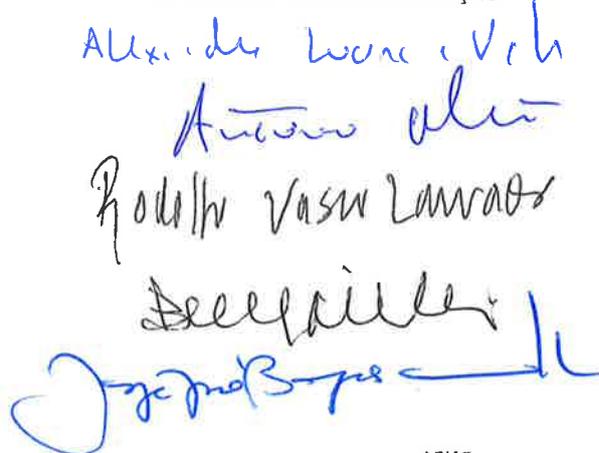
14 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não se verificaram eventos, ajustáveis ou não ajustáveis, que possam ter impacto material nas Demonstrações Financeiras da Fundação.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Portugal-África (a Entidade – uma pessoa coletiva de direito privado com fins de utilidade pública – Nota Introdutória), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 9.980.330 euros e um total de fundos patrimoniais de 9.953.198 euros, incluindo um resultado líquido de 313.367 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação Portugal-África em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais aquitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matricula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

© 2025. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

17

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 30 de abril de 2025


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Hugo Ricardo Alves Araújo, ROC
Registo na OROC nº 1437
Registo na CMVM nº 20161047

RELATÓRIO E PARECER
DO
CONSELHO FISCAL

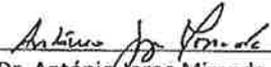
1. No âmbito das suas competências constantes da alínea a), do artigo 16º dos respetivos Estatutos, vem o Conselho Fiscal submeter a V. Exas. o seu Relatório e dar Parecer sobre os documentos de prestação de contas da **Fundação Portugal-África** referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024.
2. No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do exercício, a atividade da Fundação, através dos contactos que regularmente manteve com o Conselho de Administração.
3. Efetuou as verificações julgadas oportunas e adequadas à atividade desenvolvida, acompanhou e analisou a evolução da situação financeira da Fundação.
4. O Balanço a Demonstração dos Resultados e o Anexo às Demonstrações Financeiras permitem, em sua opinião, uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados em 31 de Dezembro de 2024.
5. Tomou conhecimento do relatório de auditoria externa às Contas da Fundação Portugal África, elaborado pela empresa Deloitte & Associados, SROC, S.A, no qual é emitido parecer favorável, sem reservas e sem ênfases, com o qual concordam.
6. O Relatório do Conselho de Administração descreve, com o necessário detalhe, as atividades desenvolvidas pela Fundação no ano de 2024.
7. O Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o Anexo às Demonstrações Financeiras, da responsabilidade do Conselho de Administração, encontram-se elaborados de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro gerais.
8. A Fundação Portugal-África decidiu continuar a adotar a forma de apresentação das demonstrações financeiras e de relato segundo as normas gerais do SNC por considerar que proporcionam uma base de informação mais detalhada e útil aos destinatários da informação financeira.
9. Não teve conhecimento de qualquer situação contrária aos estatutos e preceitos legais aplicáveis.
10. Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de Parecer que a Assembleia de Fundadores da Fundação Portugal-África aprove:
 - a) O Relatório e Contas do exercício de 2024 apresentado pelo Conselho de Administração;
 - b) A proposta de aplicação de resultados que consta do Relatório apresentado pelo Conselho de Administração;
 - c) Um voto de louvor e confiança aos membros do Conselho de Administração, pela competência e dedicação com que exerceram as suas funções durante o exercício de 2024.

9 de maio de 2025

O Conselho Fiscal,

Presidente: 
Dr. Luis Miguel Ribeiro

Vogal: 
Dra. Maria Helena Dias Duarte

Vogal: 
Dr. António Jorge Miranda